

# O desafio do acesso à água nas áreas mais vulneráveis do Brasil

---

Por Letras Ambientais  
sexta, 22 de março de 2019



Vinte e dois de março, Dia Mundial da Água. Em 2019, a data é dedicada pelas Nações Unidas para debater a situação dos **grupos sociais excluídos do acesso à água potável**, para suprimento das suas necessidades vitais.

No último dia 19 de março, foi lançado o novo Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, intitulado “Não deixar ninguém para trás”. Embora, desde 2010, o acesso à água seja reconhecido internacionalmente como um direito humano universal, o documento mostra que **mais de 2 bilhões de pessoas vivenciam uma situação de alto estresse hídrico**, não dispondo dos serviços mais básicos de abastecimento de água e de saneamento.

O desafio é enorme e significa que três, em cada dez pessoas, não têm acesso à água potável segura. Além disso, **cerca de 4 bilhões enfrentam escassez severa de água**, durante pelo menos um mês do ano. Esses números mundiais ainda escondem as desigualdades significativas que há entre e dentro de regiões, países, comunidades e até mesmo bairros.

No Brasil, problemas relacionados ao abastecimento de água estão **presentes em praticamente todos os municípios** e afetam toda a população: rios e mananciais poluídos, aumento das demandas, conflitos pelo uso da água, perdas e desperdício, secas, ameaça de colapso no abastecimento e gestão ineficiente.

Todavia, em função de o tema do Dia Mundial da Água deste ano destacar grupos sociais excluídos, iremos discutir, neste post, **a situação da população historicamente afetada pela seca**, em áreas ambientalmente vulneráveis do Semiárido brasileiro.

## **A questão hídrica nas áreas mais secas do Brasil**



No Semiárido brasileiro, **os graves problemas de acesso à água potável afetam** idosos, mulheres, crianças, deficientes, pescadores artesanais, pequenos agricultores, moradores de áreas rurais isoladas, de periferias, entre outros.

No Livro [“Um século de secas”](#), foram analisados **problemas cruciais de planejamento e gestão das águas no Semiárido brasileiro**. Por se tratar de um elemento natural extremamente escasso na região, os autores destacaram a necessidade de fortalecer a estrutura de governança das águas, para garantir o acesso prioritário e os usos múltiplos desse recurso natural.

Em condições normais, as áreas semiáridas do Brasil podem ficar **naturalmente secas por até 10 meses**, sem falar na gravidade de quando essa seca se prolonga por anos consecutivos.

>> **Leia mais:** [10 lições dos países líderes em gestão sustentável das águas](#)

Dentre os fatores meteorológicos que provocam a seca no Semiárido, está a **influência dos oceanos Pacífico e Atlântico, que regulam as condições climáticas regionais**, como é o caso do fenômeno El Niño e do Dipolo do Atlântico. Existem também outros

fatores que contribuem para a condição de seca. Como ocorreu este ano, embora esteja configurado uma condição de El Niño, de intensidade fraca, os vórtices ciclônicos trouxeram chuvas para algumas áreas do Semiárido brasileiro e causaram seca em outras partes da região.

As políticas públicas implementadas na área semiárida do Brasil tiveram início em fins do século XIX. Desde então, os **grupos sociais vulneráveis à seca enfrentaram as consequências mais danosas do desastre natural** (fome, sede, doenças e mortes). Mulheres, crianças e idosos eram os segmentos da população que enfrentavam maior risco, diante da ameaça de desastre.

Os autores destacam, na obra [“Um século de secas”](#), que segmentos sociais que viviam nas áreas mais secas do Brasil, vulneráveis social, econômica e ambientalmente, foram **historicamente excluídos, discriminados e invisíveis no acesso às políticas públicas de água**. Para conhecer o Livro, [clique aqui](#).

Com base no levantamento de mais de cem anos de secas no Semiárido brasileiro, do início do século XX até os dias atuais, os autores **pesquisaram as maiores lições históricas para uma melhor gestão e controle do uso das águas na região**, nos dias atuais, de forma mais justa e democrática, o que não ocorreu durante a maior parte da história das políticas hídricas no Semiárido brasileiro.

[“Um século de secas”](#) é uma **obra bastante abrangente, do ponto de vista de levantamento histórico das políticas públicas** de água, em suas várias fases. O Livro aborda as políticas públicas desde o seu início, com a Inspectoria de Obras Contra as Secas (IOCS), atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), passando pela Sudene, até as ações mais contemporâneas, como é o caso das atuais políticas de tecnologias sociais hídricas, protagonizadas pela sociedade civil.

Os autores **analisaram o alcance, a importância e as limitações das principais políticas públicas** de acesso à água potável, implementadas desde fins do século XIX na região, e oferecem uma análise histórica interessante para apoiar a formulação de políticas nos dias atuais.

**Quem são os grupos sociais excluídos das políticas hídricas?**



No Semiárido brasileiro, historicamente, **as mulheres rurais foram as mais prejudicadas pela exclusão** no mapa do abastecimento de água. Elas foram as principais responsáveis por suportar o encargo de buscar água em fontes distantes. Despendiam um total de tempo que correspondia a mais de 36 dias anuais, somente no transporte de água.

Com a implantação de tecnologias sociais hídricas, houve redução para **12 dias no número total de famílias que ainda dependem tempo nessa atividade**. O acesso às tecnologias sociais para armazenamento de água traz benefícios concretos para as mulheres, uma vez que elas têm seu trabalho reduzido e o tempo pode ser utilizado em outras atividades, inclusive para a geração de renda.

Mas como mostrado no Livro [“Um século de secas”](#), **a universalização do acesso a essas tecnologias ainda não é uma realidade** no Semiárido. Além disso, a quantidade de água armazenada é insuficiente para atravessar os períodos de seca.

Da mesma forma, a história mostra que **pequenos agricultores, marginalizados do processo de acesso ao conhecimento e a tecnologias**, viam seus meios de produção completamente desestruturados durante a seca. Esse segmento produtivo enfrentava e continua enfrentando sérias dificuldades para se reerguer, muitas vezes ficando à mercê da ajuda pública dos governos.

Um dos capítulos do Livro “Um século de secas” mostrou que a **mesma situação ocorria com os piscicultores artesanais**. Por volta dos anos 1930, passou-se a incentivar no Nordeste o aproveitamento da água dos reservatórios para produção de peixes por pequenos produtores.

Todavia, esses segmentos sociais **não tiveram acesso a tecnologias adequadas à sua realidade**, tampouco foram oferecidas condições de formação para o domínio das técnicas adequadas à atividade por parte desses piscicultores. Além disso, frequentemente, os maiores beneficiados pelas políticas hídricas eram grandes pecuaristas e produtores rurais, em detrimento da população diretamente afetada pelos impactos da seca.

Esses exemplos históricos trazem aspectos importantes para uma melhor compreensão da universalização do acesso à água nos dias atuais. Alinhados ao tema do Dia Mundial da Água deste ano, um dos destaques é **que a história construída hoje no Semiárido brasileiro “não deixe ninguém para trás”**. Assim, as políticas hídricas devem priorizar os segmentos sociais mais pobres, vulneráveis a condições ambientais muitas vezes adversas, marginalizados do acesso a conhecimentos e tecnologias.

## **Políticas hídricas nas áreas mais vulneráveis**



O problema do acesso à água abrange tanto a zona rural quanto a urbana. Nas cidades, existe a falta de acesso a saneamento básico, geralmente afetando a população com menor poder aquisitivo, que vive em áreas de risco, sem acesso à água tratada e a esgotamento sanitário. Por consequência, **são atingidas com maior frequência por vetores de doenças associadas.**

Já na zona rural, existem famílias que ainda não têm acesso a tecnologias sociais hídricas para mitigar os impactos da seca. Por isso, **é preciso garantir esse acesso mínimo, universalizando a política pública de tecnologias sociais hídricas**, embora essa ação ainda não seja suficiente para resolver o problema.

No Livro “Um século de secas”, destaca-se a necessidade de políticas que universalizem o acesso às tecnologias sociais hídricas (cisterna calçadão, cisterna-enxurrada, tanque de pedra, bomba d’água popular, barragem subterrânea e barraginhas).

As tecnologias sociais são pequenos reservatórios que armazenam água durante o período de chuvas para ser utilizada durante os meses de seca. É necessário que, nas áreas rurais, **todos tenham acesso e que seja ampliada a capacidade dessas**

**tecnologias.** Já na área urbana, políticas de saneamento básico são fundamentais, além do aproveitamento de água da chuva para desobstruir os sistemas de saneamento, implantação de sistemas de dessalinização e tratamento de água residuárias.

>> **Leia mais:** [A luta pelo básico - o drama do saneamento no Brasil](#)

O Livro “Um século de secas” destaca que **o foco para o acesso à água nas áreas mais vulneráveis à seca no Semiárido brasileiro deve ser planejamento e gestão**, pois se trata de um fenômeno natural sempre presente. Por isso, a população deve estar preparada e contar com uma infraestrutura segura para atravessar o período seco, da forma menos danosa possível.

"Por falta dessa infraestrutura e desse preparo da população, **a seca costuma se transformar em um desastre natural**, amplo e silencioso, que provoca enormes danos e prejuízos a pessoas, economia e ambiente”, ressalta o meteorologista Humberto Barbosa, um dos autores do Livro.

## Água para todos na Agenda 2030



O Relatório das Nações Unidas lançado esta semana, intitulado “Não deixar ninguém para trás”, destaca o **mapa mundial da exclusão no abastecimento de água potável** e investiga formas de superar as desigualdades para garantir o acesso seguro a todos. Vale lembrar que esse é o sexto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, que visa garantir a gestão sustentável, o acesso à água e ao saneamento, para todos, até 2030.

Por se tratar de um direito humano universal, conforme reconhecido pela ONU, em 2010, os **países devem agir rumo à obtenção do acesso à água e ao saneamento para todos, sem discriminação**, ao mesmo tempo priorizando as pessoas mais necessitadas.

Em geral, a pobreza é um fator de destaque para limitar o acesso à água. **As populações pobres e marginalizadas são afetadas de forma desproporcional**, aumentando ainda mais as desigualdades crescentes. Por isso, a exclusão e as desigualdades devem ser tratadas com políticas específicas visando reduzir situações de injustiça ambiental.

A discriminação ocorre quando grupos sociais são excluídos, direta ou indiretamente, de **leis, políticas ou práticas da prestação de serviços ou do tratamento igualitário**. Garantir que a água esteja física e financeiramente acessível a todos requer recomendações políticas adequadas para grupos-alvo específicos.

O Relatório “Não deixar ninguém para trás” também destaca que aqueles marginalizados ou discriminados por causa de seu **gênero, idade, condição socioeconômica**, por sua identidade étnica, religiosa ou linguística, também têm maior probabilidade de ter um acesso limitado à água e saneamento adequados.

Para que governos garantam o acesso universal à água, até 2030, **são necessárias políticas inclusivas para se alcançar esse objetivo**. Elas também são necessárias para neutralizar conflitos entre diferentes usuários da água. De acordo com o Relatório da ONU, desde a década de 1980, o uso da água tem aumentado em todo o mundo, contribuindo para um crescimento significativo dos conflitos relacionados ao acesso a esse recurso natural.

A demanda mundial por água deve continuar aumentando a uma taxa semelhante até 2050, o que representará um **crescimento de 20% a 30% em relação ao nível atual de uso**, principalmente devido a uma maior demanda nos setores industrial e doméstico.

O documento também demonstra que **investir em serviços de fornecimento de água e saneamento propicia um alto retorno social e econômico**, quando comparados aos seus custos. As vantagens incluem o caso específico das pessoas socialmente

vulneráveis e com menor poder aquisitivo, especialmente quando são considerados benefícios mais amplos, como saúde e produtividade.

A legislação internacional de direitos humanos induz os países a trabalharem para **alcançar o acesso universal à água e ao saneamento para todos**, sem discriminação, priorizando ao mesmo tempo as pessoas mais necessitadas e em condição de vulnerabilidade.

## Conclusão

As melhorias na gestão dos recursos hídricos, bem como o acesso a serviços de abastecimento de água e saneamento são essenciais para abordar várias desigualdades sociais e econômicas. Desse modo, **que “ninguém seja deixado para trás”** quando se tratar de aproveitar os múltiplos benefícios e as oportunidades que a água oferece.

Na história do Semiárido brasileiro, região mais vulnerável do Brasil, em termos de acesso equitativo e seguro à água potável, diversos grupos sociais foram excluídos e discriminados. No entanto, para cumprir o compromisso da Agenda 2030 de garantir água para todos, **é necessário considerar essas lições do passado e adotar medidas efetivas para reduzir a exclusão.**

Essas ações começam pela **universalização de tecnologias adaptadas para armazenamento desse recurso natural**, bem como pelo desenvolvimento de novas soluções científicas inovadoras e pelo planejamento governamental para uma melhor convivência com as secas nessas áreas vulneráveis.

*Na sua opinião, quem está sendo deixado para trás nas políticas públicas de água? O que pode ser feito para que as políticas incluam grupos sociais vulneráveis para o acesso universal à água?*

### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

LETRAS AMBIENTAIS. [Título do artigo]. ISSN 2674-760X. Acessado em: [Data do acesso]. Disponível em: [Link do artigo].

Instituto



## Quem somos

---

O Letras Ambientais é uma instituição privada, sem fins lucrativos. Seu objetivo é a defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

Endereço para correspondência: Av. José Sampaio Luz, 1046, Sala 101 – Ponta Verde. Maceió (AL). CEP: 57035-260.

**Fone:** (82) 3023-3660      **E-mail:** [contato@letrasambientais.org.br](mailto:contato@letrasambientais.org.br)

**ISSN:** 2674-760X

